

Dércio Garcia Munhoz: Brasil é alvo da especulação financeira internacional

Em entrevista ao *JE*, o professor Dércio Garcia Munhoz afirma que o Brasil é alvo de um grande golpe da especulação financeira mundial. Daí, os altos investimentos e ingressos de moedas estrangeiras. “Permitiu-se ao especulador estrangeiro trazer os dólares, não correr o risco cambial e ganhar altas taxas de juros com os títulos públicos”, sustenta o professor de Economia, que relata como, a partir dos anos 90, o país desmontou sua legislação, seus mecanismos de controle sobre a entrada e saída de capitais, no que ele denomina de “uma aliança sinistra entre governo e o capital financeiro internacional”. Nesta aliança, diz ele, o BC cumpre papel estratégico e fiador, ante a omissão do Ministério da Fazenda. **Página 8**



A fragilidade financeira dos municípios
Página 5



Onde os cariocas ganham no boicote ao IPTU
Página 14

editorial

De onde vem o rombo do BC

■ O mês de fevereiro encerrou-se com a informação publicada nas páginas econômicas dos jornais, do prejuízo de R\$ 47 bilhões do Banco Central do Brasil. Em linhas bem superficiais, as matérias reproduziam as justificativas apontadas pelo próprio BC, as de que o prejuízo foi decorrente da desvalorização do dólar e das compras desta moeda para fortalecer as reservas cambiais.

Nada mais foi dito, e os repórteres de economia também não se interessaram em investigar mais a fundo as razões deste débito do BC. Nem os colunistas de plantão nas páginas de economia questionaram ou levantaram alguma dúvida a respeito das justificativas apresentadas pelo BC.

Contudo, em entrevista ao *JE*, ocorrida antes da divulgação deste prejuízo do BC, o professor Dércio Garcia Munhoz, da UnB, abordou a questão, reportando a 1998, quando uma mudança na legislação brasileiro determinou que o Tesouro Nacional passasse a cobrir os rombos produzidos pelo BC. Que rombos são esses, de onde vêm? O professor da UnB responde:

Das “operações que faz, como hoje, com derivativos, fazendo uma aposta de juros contra taxa de câmbio, para segurar o câmbio. Quando faz isso, surpreendentemente o BC sempre perde, ou seja, o que significa que vem uma conta brutal”. Segundo o professor, “enquanto se estava discutindo a perda da CPME, em torno de R\$ 35 bilhões, o Tesouro, em silêncio, pagou ao BC R\$ 34 bilhões, no mês de outubro, cobrindo só o rombo do primeiro semestre, com esse mecanismo de atuar com derivativos e perdendo sistematicamente”.

Ou seja, a explicação é outra. Na entrevista ao *JE*, o professor Dércio Garcia Munhoz traça um relato histórico de como o Brasil se tornou um centro de grandes ganhos especulativos do capital financeiro internacional. A conferir.

Uma boa leitura.

SUMÁRIO

3 Silvia Camurça
Mulheres sem proteção social

5 François E. J. Bremaeker
A fragilidade financeira dos municípios



8

Entrevista
Dércio Garcia Munhoz
O Brasil é refém da especulação financeira internacional

13 **Agenda de cursos 2008 - Corecon-RJ**

14 **Fórum Popular de Orçamento
Cariocas boicotam IPTU:
Não pago. Ilegal, e daí?**

16 **Lema abre 2008 com debate
sobre o Governo Lula**

Keynesianos têm encontro na Unicamp

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello • **Editor:** Nilo Sergio Gomes • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cásio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2005-2007): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique

Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005-2007): Arthur Camara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmann Young, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Mulheres sem proteção social

Nos últimos anos, as mulheres têm realizado jornadas de luta e mobilizações regionais e nacionais, com a finalidade de dar visibilidade ao problema da desproteção social a que estão submetidas milhões de trabalhadoras brasileiras. Desproteção previdenciária traduz-se, no caso das mulheres, em ausência de direitos ao auxílio doença, licença gestante remunerada, aposentadoria por invalidez ou pensão para os/as filhos/as, em caso de morte.



■ Silvia Camurça*

Hoje, no Brasil, as mulheres representam mais de 70% das 40 milhões de pessoas na informalidade. Nesta situação estão, portanto, 28 milhões de mulheres trabalhadoras, que formam o grupo mais pobre entre as mulheres e cuja maioria é negra.

A situação é crítica entre as trabalhadoras domésticas, as que trabalham por conta própria e aquelas que trabalham sem remuneração (as donas de casa ou aquelas que trabalham em regime de economia familiar, especialmente nas cidades). A Previdência Social não chega a 30%, em cada uma dessas categorias.

Em relação as 5,8 milhões de empregadas domésticas existentes no Brasil (PNAD/IBGE, 2002), 4,3 milhões (74,2%) não têm registro na Carteira de Trabalho e Previ-

dência Social e, conseqüentemente, não contribuem para a Previdência Social, nem recebem seus benefícios. Outras são descontadas no salário, mas seus patrões não recolhem.

Já as que trabalham por conta própria não têm renda suficiente para contribuir com a Previdência, ou não tem renda regular para contribuir, de forma contínua, durante todo o tempo em que trabalham.

Quanto às mulheres que trabalham sem remuneração, estas não podem beneficiar-se do compartilhamento dos direitos previdenciários das pessoas que na família contribuem. Além disto, é pouco freqüente que estas mulheres tenham o controle financeiro da renda familiar, ficando, assim, sem autonomia econômica na grande parte de suas vidas ou por toda a vida. Enquanto trabalham não

contribuem e quando envelhecem ficam sem direito à aposentadoria, uma vez que a lógica do sistema é contributiva.

Origens da falta de proteção

O regime especial de aposentadoria rural tem sido um dos principais caminhos para a conquista da autonomia econômica pelas mulheres rurais. Mas este direito está sob constante ameaça, alvo do ataque dos setores liberais, enquanto o movimento defende a ampliação de tal regime para o setor urbano.

Na perspectiva do feminismo, a desproteção social enfrentada pelas mulheres decorre de três fatores principais: (a) as tarefas de cuidados familiares e domésticas – colocada nas costas das mulheres pela divisão sexual do trabalho – não são reconhecidas como trabalho; (b) a dupla jornada vivida pelas mulheres não é tomada

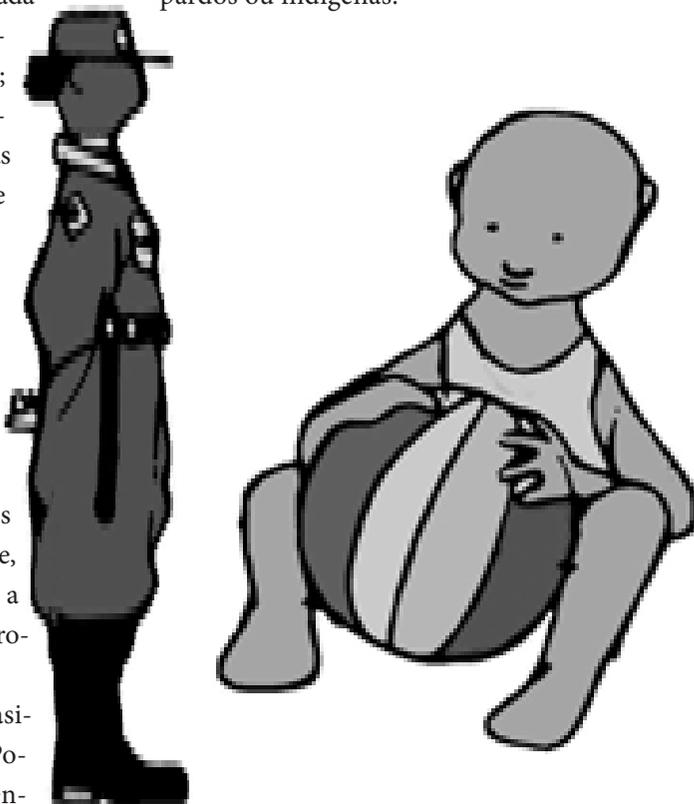
como questão social para as políticas públicas; e (c) a maior exploração sobre o trabalho das mulheres no mercado de trabalho não é percebida como um problema de injustiça social.

Assim, seguem as mulheres com menores salários, contratadas para ocupações mais precárias e menos valorizadas socialmente, submetidas, portanto, a menor ou nenhuma proteção trabalhista.

Das mulheres brasileiras que integram a População Economicamente Ativa (PEA), 51,4% não

possuem renda mensal regular. A maior parte da mão-de-obra feminina está ocupada no mercado informal ou em empregos precários (Plataforma Feminista, Brasília, junho de 2002). A taxa de desemprego feminino é cinco pontos percentuais mais elevada do que as encontradas entre os homens (Schwarzer e Silva).

As análises relativas às populações negras e indígenas apontam dados similares à situação da população de mulheres: alto índice de informalidade e desemprego e conseqüente exclusão do sistema previdenciário. Segundo Silva e Schwarzer, dos 24,6 milhões de contribuintes selecionados para análise [PNAD, 1999], 16,1 milhões (65,2%) correspondiam a brancos (e amarelos que possuem perfil sócio-econômico similar aos brancos), enquanto apenas pouco mais de 1/3 dos contribuintes (8,6 milhões ou 34,%) eram formados por negros, pardos ou indígenas.



Viver mais não é viver melhor

A desigualdade do mercado de trabalho se reproduz na Previdência. O salário médio e o tempo de contribuição das mulheres são menores do que os dos homens, o que redundará em menor valor de aposentadoria e benefícios para as mulheres, sendo o benefício médio mais baixo entre as mulheres (MPS). A maior parte dos recursos da Previdência é apropriada pelos homens, embora as mulheres sejam em maior número que estes entre a população beneficiária. A maioria das aposentadorias por idade é paga às mulheres. Isto é revelador das dificuldades de contribuição das mulheres, o que faz com que a maioria delas não se aposente por tempo de contribuição. A grande maioria segue trabalhando por toda a vida.

É importante que se diga: viver mais, no caso das mulheres, não significa viver melhor, muito menos, significa poder deixar para aposentar-se mais tarde. Apesar de as mulheres viverem mais que os homens, elas sofrem incidência maior de doenças crônicas, que determinam restrições de atividades. Além disso, para homens e mulheres a desproteção social aumenta com a idade, pois aumenta a dificuldade de se conseguir trabalho, há maior limitação da capacidade física e de inadequação às inovações tecnológicas.

Isto tudo nos faz confirmar a tese de que “o sistema de Previdência Social, lá nos seus primórdios, concebeu um beneficiário do sexo masculino, trabalhador engajado no mercado formal, chefe de família com vários dependentes, aos quais transmitia seus direitos previdenciários (Sueli Carneiro)”.

Ao feminismo fica – mais esta vez – a tarefa de defesa dos direitos das mulheres e de articular a luta para enfrentar a necessária desprivatização e universalização do sistema.

* Sílvia Camurça é socióloga, integrante da equipe do SOS Corpo, secretária-executiva colegiada da Articulação de Mulheres Brasileiras [AMB].

A fragilidade financeira dos municípios

Os dados das finanças governamentais para o ano de 2006 mostram que os municípios brasileiros são responsáveis por apenas 5,5% da arrecadação tributária do País, enquanto que os estados arrecadam 26,6% e o Governo federal concentra 67,9% desta arrecadação.

Após a contabilização das transferências constitucionais e voluntárias (convênios e repasses específicos) realizadas entre os entes da federação, os municípios ficam com 17% destes recursos, contra 27,9% dos estados e 55,1% do Governo federal.



■ François E. J. de Bremaeker*

A composição das receitas municipais mostra que, em média, 72,27% dos recursos são oriundos de transferências, enquanto que apenas 17,21% provêm dos seus tributos e 10,52% de outros tipos de receitas (tabela 1).

Entretanto, esta composição não é a mesma para todos os municípios. Para os 3.952 municípios com população até 20 mil habitantes, que representam 71,1% do to-

tal de unidades no País, a participação da receita tributária é inferior a 5% do montante da receita municipal, sendo que para os municípios com população até 5 mil habitantes (24,6% do total), esta participação não vai além de 2,67%.

Apenas os 129 municípios com população superior a 200 mil habitantes (que representam 2,3% do total) conseguem superar a média nacional de receita tributária municipal, sendo que mesmo os de maior porte demográfico, com população superior a 5 milhões de habitantes (São Paulo e Rio de Janeiro), não vão além de 40,83%, em média.

Em razão desta forte dependência financeira das transferências é muito comum ser alardeado que os municípios não gostam de cobrar tributos e preferem viver destas transferências. Mas isto é uma falsa premissa, que não condiz com a realidade.

Tabela 1

Distribuição das receitas municipais, segundo os grupos de habitantes. Ano de 2006 (*)

Grupos de Habitantes (Por Mil)	Receita Orçamentária (R\$)	Receita Tributária (R\$)	Receitas de Transferências (R\$)	Outras Receitas (R\$)
TOTAL	186.801.490.907	32.152.688.067	134.988.591.660	19.660.211.180
até 2	657.298.480	10.754.474	615.634.673	30.909.333
2 5	7.083.005.933	188.974.949	6.671.973.799	222.057.185
5 10	10.244.019.000	449.333.265	9.515.248.544	279.437.191
10 20	17.417.501.580	843.255.960	15.993.329.976	580.915.644
20 50	25.781.758.677	1.815.743.526	22.634.041.788	1.331.973.363
50 100	19.415.420.511	2.235.561.431	15.662.265.141	1.517.593.939
100 200	19.112.067.385	2.669.732.930	13.886.259.908	2.556.074.547
200 500	26.466.929.163	5.077.503.954	17.772.411.010	3.617.014.199
500 1000	14.544.948.054	2.952.132.906	9.925.240.238	1.667.574.910
1000 5000	20.227.953.186	5.354.403.490	11.369.166.305	3.504.383.391
5000 e mais	25.850.588.938	10.555.291.182	10.943.020.278	4.352.277.478

Fonte: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – 2006.

(*) Dados expandidos a partir de uma amostra de 4.804 municípios. Não estão incluídos Brasília (DF) e Fernando de Noronha (PE).

Tabela 2

Distribuição das receitas municipais, segundo as grandes regiões. Ano de 2006(*)

Brasil e Grandes Regiões	Receita Orçamentária (R\$)	Receita Tributária (R\$)	Receitas de Transferências (R\$)	Outras Receitas (R\$)
BRASIL	186.801.490.907	32.152.688.067	134.988.591.660	19.660.211.180
Norte	12.178.611.597	1.065.886.239	10.389.679.650	723.045.708
Nordeste	39.738.532.364	3.476.099.159	34.426.736.360	1.835.696.842
Sudeste	95.029.295.710	21.925.136.692	61.063.293.306	12.040.865.712
Sul	28.605.292.554	4.321.052.436	20.319.211.575	3.965.028.543
Centro-oeste	11.249.758.695	1.364.513.541	8.789.670.779	1.095.574.375

Fonte: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – 2006.

(*) Dados expandidos a partir de uma amostra de 4.804 Municípios. Não estão incluídos Brasília (DF) e Fernando de Noronha (PE).

Limites: concentração e pobreza

A capacidade de arrecadação de tributos por parte dos governos municipais, no Brasil, é extremamente limitada.

Em primeiro lugar verifica-se que a maioria dos municípios tem sua principal atividade econômica relacionada às atividades rurais, enquanto que os impostos municipais são de base tributária urbana, como é o caso do Imposto sobre Serviços e do Imposto Predial e Territorial Urbano. Estes dois impostos são responsáveis por 83,3% de toda a arrecadação municipal e estão fortemente concentrados nos municípios de maior porte demográfico: 74,5% dos tributos municipais são arrecadados por aqueles com população superior a 200 mil habitantes.

Em segundo lugar, a dificuldade dos municípios em arrecadar tributos está relacionada à pobreza da população, aliada à má distribuição da renda. Segundo dados apurados para o ano 2000, que se mantêm praticamente inalterados, conforme levantamentos mais atuais realizados através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, nada menos que 79,7% da renda pessoal encontram-se concentradas em 10,1% dos municípios (aqueles com população acima de 50 mil habitantes). Em oposição, verifica-se que apenas 4,3% da renda pessoal estão con-

centradas em 48,1% dos municípios (aqueles com população inferior a 10 mil habitantes).

As desigualdades na composição da receita municipal, principalmente em relação à receita tributária, são notórias, quando se verifica a sua distribuição em nível regional. É flagrante a diferença existente entre as regiões Norte e Nordeste e a Sudeste (tabela 1).

Estes números conseguem expressar melhor o que venha a ser a realidade municipal brasileira, mostrando as enormes desigualdades existentes entre os municípios, quando são convertidos em valores “per capita”.

Interessante observar que os valores das receitas “per capita”

são mais elevados nos municípios de menor porte demográfico, em razão do montante de recursos transferidos pelo Governo Federal à conta do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), vez que este montante, em cada estado, é igual para todos os municípios com população até 10.188 habitantes, o que faz com que municípios com população até 2 mil habitantes e aqueles com população entre 2 mil e 5 mil habitantes apresentem valores “per capita” bastante significativos.

Na medida em que vai aumentando o porte demográfico dos municípios, também vai caindo o valor da receita “per capita”. Isto acontece para aqueles com até 50

mil habitantes. A partir deste ponto, começa um lento processo de recuperação, muito embora sejam registrados valores abaixo da média da receita “per capita” nacional para os municípios com até um milhão de habitantes, exceto para aqueles com população entre 100 mil e 200 mil habitantes, que superaram de pouco a média nacional.

Os municípios com população superior a um milhão de habitantes passam a apresentar valores “per capita” acima da média nacional, destacando-se os municípios com população acima de 5 milhões de habitantes, mesmo assim, com um valor abaixo daquele apresentado pelos municípios com população entre 2 mil e 5 mil habitantes. Entretanto, vale à pena destacar que estes são valores médios, que apresentam variações relativamente elevadas em nível regional (tabela 3).

De fato, verifica-se que as desigualdades entre as regiões Norte e Nordeste, em relação às demais, são flagrantes, variando de um mínimo de 27,5% a um máximo de 55,1%, dos extremos dos dois blocos regionais.

Pode-se observar que em todos os tipos de receitas, sejam elas

Tabela 3

Distribuição das receitas municipais “per capita”, segundo os grupos de habitantes. Ano de 2006 (*)

Grupos de Habitantes (Por Mil)	Receita Orçamentária (R\$)	Receita Tributária (R\$)	Receitas de Transferências (R\$)	Outras Receitas (R\$)
TOTAL	1.013,11	174,38	732,10	106,63
até 2	3.041,34	49,76	2.848,56	143,02
2 5	1.627,15	43,41	1.532,73	51,01
5 10	1.098,28	48,17	1.020,15	29,96
10 20	936,74	45,35	860,15	31,24
20 50	825,01	58,10	724,29	42,62
50 100	890,81	102,57	718,61	69,63
100 200	1.029,62	143,83	748,09	137,70
200 500	923,29	177,13	619,98	126,18
500 1000	937,65	190,31	639,84	107,50
1000 5000	1.067,14	282,47	599,79	184,88
5000 e mais	1.507,03	615,35	637,95	253,73

Fonte: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – 2006.

(*) Dados expandidos a partir de uma amostra de 4.804 Municípios. Não são incluídos Brasília (DF) e Fernando de Noronha (PE).

tributárias, de transferências de recursos ou mesmo em relação às outras receitas, sempre as regiões Norte e Nordeste apresentam valores “per capita” bem abaixo daqueles encontrados nas demais regiões (tabela 4).

Um exemplo destas desigualdades é encontrado nos municípios com população entre um milhão e 5 milhões de habitantes. Enquanto a média nacional deste grupo é de R\$ 1.067,14, nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste todos os municípios apresentam valores acima dele; em contrapartida, dos cinco municípios das regiões Norte e Nordeste, apenas Recife apresenta resultado acima da média.

Ao ser efetuada a distribuição da população, segundo grupos de receita “per capita”, são registrados números verdadeiramente alarmantes:

- a participação da população brasileira que vive em municípios cuja receita “per capita” é inferior a R\$ 750,00, considerados em situação de miserabilidade ou de pobreza, é de 31,53%, sendo que na região Norte ela alcança 49,96% da sua população e na região Nordeste chega a 59,61% da sua população;
- a participação da população brasileira que vive em municípios cuja receita “per capita” varia de R\$ 750,00 a R\$ 1.499,99, considerados em situação delicada ou razoável, é de 53,84%, sendo que na região Centro-Oeste ela alcança 69,29% da sua população e na região Sul chega a 62,65% da sua população; e
- a participação da população brasileira que vive em Municípios cuja receita “per capita” é superior a R\$ 1.500,00, considerados em situação boa a ótima, é de apenas 14,63%, variando de um máximo de 24,51% para a região Sudeste a um mínimo de 1,66% para a região Nordeste.

Outras constatações não menos preocupantes dizem respeito à relação existente entre os valores das receitas “per capita” e aque-

les encontrados nos Índices de Desenvolvimento Humano municipais (IDH) e nos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Novo pacto federativo

Se efetivamente procura-se o desenvolvimento local em cidades, através de processos de investimento em capital social para desenvolver ativos econômicos, ambientais, humanos, sociais e políticos, é absolutamente indispensável que exista vontade política por parte do Governo Federal e dos governos estaduais, no sentido de se construir um novo pacto federativo, através do qual sejam fornecidos aos municípios os meios financeiros para que possam prestar aos seus cidadãos serviços de qualidade, que resultem em melhoria principalmente nas áreas da educação, da saúde e da assistência social.

Quando os municípios tiverem ampliada sua participação na distribuição federativa dos recursos, a população será atendida de forma adequada por eles, sendo que o resultado em longo prazo se fará sentir através da sustentabilidade do processo de desenvolvimento. É isto que todos os cidadãos deste País merecem e deveriam ter direito a receber.

A maneira de alcançar este ob-

jetivo é a redução das desigualdades na distribuição “per capita” dos recursos financeiros. E isto somente acontecerá pela via do aumento das transferências constitucionais aos municípios, vez que pela via tributária local é simplesmente impossível, dadas as condições sócio-econômicas da população. O município é um espelho da triste realidade brasileira.

Uma nova pactuação federativa se daria das seguintes formas:

- pela ampliação da transferência federal do Fundo de Participação dos Municípios dos atuais 23,5% para 35%, sendo os recursos distribuídos segundo os atuais critérios;
- pela ampliação da transferência estadual do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores dos atuais 50% para 100%, sendo os recursos distribuídos segundo os atuais critérios;
- pela ampliação da transferência estadual do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços dos atuais 25% para 35%, sendo os recursos distribuídos, segundo os atuais critérios para os 25%, e os 10% adicionais sendo distribuídos exclusivamente pelo fator população; e
- pela transferência de 30% das contribuições federais (excetuada a contribuição previdenciária), de tal forma que se procure entregar pelo menos R\$ 1.500,00 aos municípios que apresentarem receita “per capita” abaixo deste valor, como forma

de reduzir as desigualdades existentes entre eles. Estes recursos das contribuições federais seriam destinados exclusivamente para as áreas sociais, sendo que, depois de atingidos os valores mínimos, o resíduo seria redistribuído igualmente para todos os municípios.

De nada adianta o país perseguir pura e simplesmente o crescimento econômico e se descuidar da área social, vez que o requisito básico para este crescimento se dar de forma sustentada no longo prazo passa pela melhoria das condições sociais da população.

Infelizmente, todas as reformas apresentadas à sociedade brasileira, como que prometendo a resolução dos problemas do país, não passam de verdadeiras panacéias, vez que não atendem aos legítimos anseios de imensa parcela da população mais necessitada.

O município deve ser o principal agente desta transformação, pois a população vive neles e eles são os agentes políticos locais, aqueles que têm conhecimento das reais necessidades da população. O país somente será uma nação socialmente justa no dia em que o município for um ente governamental forte.

* Economista e Geógrafo, coordenador do Banco de Dados Municipais do IBAM. Correio: bremaeker@rededom.org

Tabela 4

Distribuição das receitas municipais “per capita”, segundo as grandes regiões. Ano de 2006(*)

Brasil e Grandes Regiões	Receita Orçamentária (R\$)	Receita Tributária (R\$)	Receitas De Transferências (R\$)	Outras Receitas (R\$)
BRASIL	1.013,11	174,38	732,10	106,63
Norte	810,71	70,95	691,63	48,13
Nordeste	770,03	67,36	667,10	35,57
Sudeste	1.194,42	275,58	767,50	151,34
Sul	1.047,47	158,23	744,05	145,19
Centro-oeste	1.033,44	125,35	807,45	100,64

Fonte: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – 2006. (*) Dados expandidos a partir de uma amostra de 4.804 Municípios. Não estão incluídos Brasília (DF) e Fernando de Noronha (PE).

entrevista: Dércio Garcia Munhoz

“O Brasil é refém da especulação financeira internacional”

De férias, no Rio, no início deste ano, o professor e economista Dércio Garcia Munhoz conversou com o *JE* a respeito da situação econômica do país. Da longa entrevista com o professor, que mesmo aposentado na UnB permanece na ativa em outras universidades, extraímos o seu relato sobre como o Brasil se tornou refém de um esquema de especulação financeira, que produz ganhos fabulosos ao grande capital internacional e a rentistas, através das elevadas taxas de juros que remuneram as aplicações em títulos da dívida pública do país. Esse esquema nada mais é do que uma “grande e sinistra aliança: o grande capital financeiro, capital predatório, grandes empresas (...) e os governos, que assim são endeu-sados interna e externamente”, afirma o professor na entrevista que se segue.



Jornal dos Economistas – Em sua última entrevista ao *JE*, em dezembro de 2005, o senhor apontava um quadro de deterioração da economia brasileira. Mudou alguma coisa de lá pra cá?

Décio Garcia Munhoz – Eu diria que se reduziu a velocidade da deterioração que ocorre no quadro econômico. Desde o início do Plano Real, se teve uma degradação da economia brasileira porque se fez uma dívida interna muito grande. Na medida em que o governo financiava os desequilíbrios externos, financiava com capitais externos de curto prazo, e esses capitais, esses dólares que financiavam o rombo externo eram atraídos por taxas de juros altas. Os anos 90, portanto, foram de grande aumento de dívida, para sustentar o Plano Real, a partir de importações fáceis, com dólar barato, o endividamento externo conseqüente e a atração de dólares por juros altos, fazendo com que a dívida pública, face ao tamanho dos juros, crescesse muito rapidamente. Esse foi o quadro que veio do Plano Real. Quando surgiu esse governo, ele não mudou praticamente nada. E o que teve de diferente? É que surgiu uma economia do tamanho da chinesa, com crescimento muito grande, com importações crescentes, a cada ano, e puxando os preços internacionais, de *commodities*, principalmente. A economia mundial, então, foi balanceada pelo crescimento continuado a altíssimas taxas da economia chinesa e com isso quando se jogou os preços para cima o Brasil, que era uma economia estagnada, ficou menos estagnada, às vezes um crescimento pequeno, como ano passado, em função das con-

dições excepcionais proporcionada pela China. A grande diferença que existe, mais recentemente, é exatamente o efeito China na economia mundial.

JE – Não houve mudança, então, em relação ao governo passado?

Décio – Muito pouco. Porque quando a China puxava a economia mundial e todos os países cresciam a altas taxas, o Brasil conseguia crescer a taxas baixíssimas e só tinha um crescimento econômico maior do que o Haiti. Essa China que provocou uma performance desconhecida no passado da economia mundial puxou o Brasil, mas não fez com que o Brasil crescesse, acompanhando a economia mundial. Fez com que o Brasil não mantivesse a estagnação ou não caísse numa depressão maior. **Crescemos a taxas de 2%, 2,5% a 3% graças à China. Mais que o passado. Significava isto uma mudança na estrutura da economia brasileira? Não. Significa abertura de perspectiva de crescimento continuado em longo prazo? Não. Mas no ano passado não crescemos 5%? Sim, mas crescemos 5% porque o Brasil foi alvo de um grande golpe de especulação financeira mundial.** Tanto é que dobramos as reservas internacionais, durante 2007, graças ao dólar desvalorizado. O que significa? Que se faz aplicações externas aqui, entrando e saindo os dólares pela mesma taxa de câmbio. É como se não tivesse inflação. E pagando altas taxas de juros nos títulos públicos. Permitiu-se ao especulador estrangeiro trazer os dólares, não correr o risco cam-

bial, ganhar altas taxas de juros com os títulos públicos, e não só isso: com a grande especulação na bolsa de valores se ganhou horrores, em termos de valorização artificial nos ativos. Esse ganho por valorização dos ativos acabou puxando a demanda interna. Não porque os salários ou o emprego tenham melhorado. Mas porque a valorização dos ativos foi muito grande e a gente sabe que o consumo, a demanda, ela decorre da renda permanente, como salário, mas ela decorre também da valorização de ativos. Quando se tem valorização de imóveis, valorização de ações, as pessoas têm o seu patrimônio aumentado. Isso afeta também a demanda.

JE – E o que aconteceu?

Décio – Aconteceu que não só as pessoas ganharam com a valorização dos ativos, mas a grande movimentação especulativa na bolsa. Teve-se uma demanda excepcional, principalmente na área automobilística, favorecida também por financiamentos mais longos, e em imóveis de alto luxo. Isso fez com que a economia brasileira tivesse crescido a uma taxa de 5%. Quando se examina os salários, se vê que vinham mantendo os níveis de 2002, e agora a gente vê uma queda em relação aos salários anteriores. Em termos de emprego, se tinha um aumento do emprego global de 2,5%. Por quê? Porque a indústria automobilística, favorecida por esse *boom* da especulação financeira e financiamentos mais longos, cresceu a taxas grandes e puxou a indústria. Temos, agora, comparativamente ao período anterior, alguns setores vivendo um momento de ilusão, achando que,

finalmente, ultrapassamos o período de estagnação que vinha do Plano Real.

JE – E não ultrapassamos por quê?

Décio – Porque um período de estagnação só pode ser ultrapassado na medida em que se tenha melhoria da renda das famílias, que é a renda do trabalho: salários e renda dos autônomos, e mais a recuperação de renda dos inativos. Enquanto não tiver isso não se tem perspectiva de crescimento de longo prazo, de sair desse processo doloroso, que começou no início dos anos 80, mas se aprofundou com o Plano Real, que é manter a economia travada, sem possibilidade realmente de retomar taxa de crescimento que permita, no mínimo, absorver o crescimento populacional.

JE – E quem banca os déficits que a taxa de juros do Banco Central propicia?

Décio – Houve um processo no início dos anos 80 com uma dívida grande, nos países emergentes, que foi a dívida feita nos anos 70 para cobrir a conta do petróleo, que subiu. Países ricos ficaram numa boa, e quem consumia petróleo ficou com dívida externa. Os árabes ficaram com superávit e países como o Brasil com a dívida. Os anos 80 foram difíceis por causa da dívida. Ao final dos anos 80 começou a haver um volume muito grande de capitais na economia mundial, no circuito financeiro. Só que grande parte do mundo não podia receber esses capitais porque estava endividada, com a dívida dos anos 70. Houve, então, uma renegociação, com prazos longos e juros baixos, como foi com a nossa. Isso abriu

uma possibilidade de se jogar as economias, antes devedoras, no circuito da especulação internacional. Quando iniciamos os anos 90, o governo brasileiro (Collor ainda) mudou todas as regras de tratamento de ingresso de capitais estrangeiros, permitindo o capital de curto prazo, especulativo, entrar e sair sem problemas. Anulou-se toda a legislação que dava condições de controle dos capitais de curto prazo.

JE – E por que se abriu?

Décio – Não foi acidental. É que o Brasil podia ser fonte de ganhos fáceis com capital especulativo, mas ele tinha uma dívida grande e não poderia. E tinha regra de controle. Então, se retirou a regra. A questão da dívida grande se resolveu com a mudança de atuação do FMI. O Fundo, tradicionalmente, emprestava para cobrir rombos do balanço de pagamento, e dizia: empresto, mas quero que mude sua política, para ajustar. O FMI muda e começa a fazer empréstimo, nos anos 90, de forma diferente. E diz: vou lhe emprestar, mas não é para você gastar e, sim, deixar depositado nos bancos. Só pode usar esse dinheiro na hora de vencer as parcelas que irá pagar. Chamei isso de empréstimo prateira.

JE – Por quê?

Décio – Porque se tinha de deixar o dinheiro depositado e não podia mexer. Qual era a grande jogada? Os capitais especulativos podiam entrar, especular, ter ganhos fabulosos, como tiveram, e sem risco de não poder levar por não ter dólares para cobrir a saída. Ou seja, mesmo que tivesse problemas de dólares havia o di-

neheiro do Fundo, depositado, para garantir o fluxo, a saída, sem problemas, dos capitais especulativos. Veja que a coisa foi bem articulada. Internamente, se eliminou todas as restrições para os capitais de curto prazo, permitindo que esses capitais atuassem em bolsas de valores, inclusive, em derivativos, que é um jogo, permitindo que os derivativos, depois, fossem para a área de câmbio também, e se fez o empréstimo com o FMI para garantia de liquidez, para que os capitais não tivessem risco de entrar e não poder sair. Com isso aí, o Brasil se tornou um grande centro de especulação internacional. Em 1993, se teve a grande jogada de especulação na bolsa. O grupo que terminara de dar a liberdade de movimento para capitais de curto prazo, muitos deles estavam envolvidos com bancos internacionais, promovendo a entrada desses capitais de curto prazo. E se teve um ganho em dólares, em 1993, de 100% dos capitais especulativos. Foram ganhos fabulosos, só superados pela especulação de agora, 2007. Veja bem o que aconteceu: o país passou a atrair volume grande de recursos internacionais e se tornou um grande centro de especulação mundial. Por quê? Altas taxas de juros para sustentar o real. Ganhos sem risco nenhum, porque estava com o real valorizado, e a possibilidade de sair também sem nenhum problema porque não tinha mais nenhum impedimento e tinha os empréstimos prateiras para dar garantia. Só que aconteceu o seguinte: se mudou a lei de S.A. O Brasil mudou a Lei de S.A., em 1995, e deu a possibilidade de as empresas ganha-

rem juros sobre capital próprio e fazendo ainda distribuição de dividendos, ou seja, dupla remuneração. Neste momento, os capitais de curto prazo começaram a entrar no Brasil, registrados como investimentos. Por isso que uma economia semiparalisada, estagnada, tinha um grande volume de investimentos.

JE – Mas que investimentos eram esses?

Décio – Não eram investimentos, de verdade. **Eram investimentos para o capital financeiro. Com isso, se fez com que o Brasil atraísse um volume muito grande de capitais e uma outra coisa aconteceu. É que um governo que paga altas taxas de juros e proporciona um tratamento favorecido ao capital especulativo, com inteira liberdade, um governo que reduz brutalmente a renda do trabalho, das famílias, mesmo que trave a economia para proporcionar ganhos maiores, com receita tributária, para pagamento de juros, esse governo começa a ser endeusado externamente. Isso se dava praticamente num pacto, numa aliança sinistra entre governo e capital financeiro internacional.**

E este modelo foi mantido a partir de 2003, essa aliança em que se paga altas taxas de juros, não se discute, dá isenção fiscal, porque não se paga imposto de renda sobre esses capitais especulativos, permitindo-se que as empresas grandes exportadoras man-

tenham seus dólares no exterior, permitindo com isso que eles tragam os dólares através do sistema bancário, para ganhar também esses juros altíssimos, sem pagamento de imposto de renda. Com isso, consolida-se uma grande e sinistra aliança: o grande capital financeiro, capital predatório, grandes empresas que têm posição de caixa que podem ganhar com isso e os governos, que assim são endeusados interna e externamente, podem manter imagem e propaganda, uma fantasia do mundo real. Por quê? Porque eles passam anos alicerçados e garantidos por esse tipo de aliança.

JE – E onde o BC entra nisso?

Décio – Entra pelo seguinte. Primeiro, foi ali que se criaram as normas, junto com a Fazenda, para facilitar o capital de curto prazo. Com isso, desde os anos 90, em vez de ter empréstimos internacionais contratados com bancos, se tem os capitais que entram e saem. A coisa é de tal monta que se tinha, ano passado, todo mês, entrando US\$ 25 bi a US\$ 30 bilhões no Brasil. Entrando e saindo. Por isso que a bolsa, todo dia, sobe tanto e cai tanto também. As estatísticas oficiais dizem o seguinte: o patrimônio dos estrangeiros, aqui no Brasil, indicava em torno de US\$ 150 bilhões existentes aqui, de ganhos desses capitais. Deve ser muito mais, hoje. O BC mantém taxas de juros altíssimas, a tal Selic, e fica a pergunta: não é papel do BC ter uma política de controle da liquidez da economia? Sim, é papel essencial. Claro que ele deveria ter preocupação com emprego, crescimento econômico, como o Federal Reserve tem nos EUA. Agora, o BC tem que fazer política de juros

de curto prazo, que é para manter a liquidez. Ou seja, se tem dinheiro demais na praça, se os bancos estão emprestando demais, (o governo) joga títulos com juros maiores e recolhe parte do dinheiro. Se há dificuldade de financiamento dos bancos por faltar dinheiro, (o governo) compra os títulos de volta e joga dinheiro na praça, controla a liquidez. Agora, isto tinha de ser feito como? Com títulos do Banco Central. E ele controlar a liquidez com a taxa de juros dele, com títulos dele. E o que ele faz? Quando quer controlar a liquidez ele altera a Selic. E quando altera a Selic afeta todo o estoque da dívida pública brasileira. Hoje, por exemplo, temos R\$ 1,6 trilhão em títulos, papéis em reais, da dívida pública federal. Imagine o que é uma Selic de 11,25% e não de 10%. Ora, a diferença de juros anuais chega a R\$ 20 bilhões, quase uma CPMF. E essa não é uma esfera só do BC. Há uma omissão do Ministério da Fazenda, que deveria fazer a administração da dívida pública com taxas de juros próprias, da Fazenda.

JE – E o que deveria ser feito?

Dércio – Poderia se pagar de juros dos títulos públicos os 6% ou 7% da inflação. Poderia dar isenção fiscal para todo mundo, mas pagar aqueles juros, e jamais fazer o que se faz: permitir que o BC faça política de curto prazo, determinando a taxa de juros que afeta a dívida pública. **Não há apenas a omissão da Fazenda. Os papéis estão invertidos, hoje. Quem comanda as decisões primordiais da política macroeconômica é o BC, e a Fazenda faz o papel de rainha da Inglaterra.**

E por que o BC tem tanto poder? É a tal aliança sinistra. Porque quando se fala em controlar o BC, o mercado diz logo que os rumos que o governo está tomando podem levar a uma fuga de capitais, que são esses capitais de curto prazo. O governo perdeu o comando das coisas.

JE – E por que não se coloca o BC sob controle?

Dércio – Primeiro, por esse problema. Segundo, porque as coisas foram muito mais adiante com o governo anterior, que no final de 98, quando o BC tinha um gran-



de rombo por essas operações que faz, como hoje, com derivativos, fazendo uma aposta de juros contra taxa de câmbio para segurar o câmbio, quando faz isso surpreendentemente o BC sempre perde, ou seja, o que significa que vem uma conta brutal. Desde 98 se colocou uma regra dizendo que o Tesouro ia cobrir o rombo do BC, que naquele momento era de R\$ 15,5 bilhões. Em parte, aliás, se deu para o BC cobrir isso o dinheiro do contribuinte, que era um depósito compulsório feito em 1986 sobre venda de veículos e combustíveis. Quem comprou combustível

ou automóvel tinha um depósito compulsório que o governo teria de devolver. Tinha uns R\$ 10 bilhões e pouco, em 98, e veio Medida Provisória, que depois virou lei, em que se deu esse dinheiro para cobrir parte do rombo e mais tantos bilhões em papéis, zerando o rombo do BC. Isso no artigo primeiro. No artigo segundo se dizia “daqui para frente todo rombo do BC vai ser coberto automaticamente pelo Tesouro”. Ou seja, se criou um mecanismo automático. Na medida em que se estava discutindo a perda da CPMF, em torno de R\$ 35 bilhões, o Tesouro, em si-

lêncio, pagou ao BC R\$ 34 bilhões, no mês de outubro, cobrindo só o rombo do primeiro semestre, com esse mecanismo de atuar com derivativos e perdendo sistematicamente. Em outubro, já tinha acumulado no segundo semestre um desequilíbrio de mais de R\$ 28 bilhões. Em novembro, parece que teria caído e dezembro ainda não havia fechado. Fora disso, a antiga conta de movimento, dos anos 80, foi dada ao BC, algo em torno a R\$ 10 bilhões, a custo zero. Ora, as coisas estão caminhando para um custo de R\$ 100 bilhões, mas vamos falar em R\$ 50 bilhões.

JE – E o que se poderia fazer com esse dinheiro?

Dércio – Se poderia ter paralelamente programas de construção de habitações populares em todas as cidades de porte médio e grande, se poderia ter metrô em todas as grandes capitais, metrô de superfície em cidades médias, reformar todo o sistema de saúde, reequipando hospitais, elevar em pelo menos 50% a taxa de saneamento no país, e eu estou falando de R\$ 50 bilhões. O país poderia ter um programa de obras para 10 anos e assim ter um país novo, estalando, em condições bastante diferentes. No entanto, não se tem isso porque o governo não tem dinheiro, faz superávit fiscal que é uma parte das receitas que ele não gasta para pagar os juros. Quanto o governo tem feito de superávit fiscal? De R\$ 50 bi a R\$ 60 bilhões. E quanto paga de juros? Perto de R\$ 200 bilhões anuais. Como ele faz? Pega esses R\$ 50 bi a R\$ 60 bilhões da receita tributária, mais R\$ 100 bilhões em títulos novos, que ele emite, pega os juros que recebe do BC sobre o saldo da conta onde ele lança a arrecadação, a conta corrente, e mais R\$ 20 bilhões de juros que recebe dos estados, dos créditos que ele tem na renegociação das dívidas. Pega todos esses recursos para pagar de juros perto de R\$ 200 bilhões. **É para se imaginar: como se pode governar o país com essa situação de total caos e desorganização na área das finanças públicas e na área das instituições? O que se tem é uma alteração total sobre o papel do BC, pois, em vez de se ter o Ministério da Fazenda e o Executivo comandando as coisas, e o Banco Central como instrumento auxiliar, o que se tem é o contrário, uma inversão total.**

Sonho
realizado em
1 minuto?

Crédito **minuto**

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br

JE – Como se pode sair disso?

Dércio - Bem, pode se perguntar se o governo teria força suficiente para fazer isso, pagar menos juros? Diria que não podemos esquecer que, no passado, quando a gente discutia se deve pagar só inflação pelos títulos do governo, não pagar mais do que isso, muita gente dizia que o dinheiro iria desaparecer se fizesse isso, pois, quem iria aplicar em título público? E eu dizia: vai desaparecer como, vai para debaixo do colchão? Não há como. Bem, quando mudou o governo em 2003, o que aconteceu é que a inflação foi alta naquela passagem – e o que aconteceu? A taxa de remuneração dos títulos públicos, a Selic, ficou menor do que a inflação, ou seja, quem estava com títulos públicos perdeu dinheiro. E o dinheiro desapareceu? Não. Ou seja, se pode, perfeitamente, girar essa dívida pública a uma taxa de juros com remuneração real zero, pagar só a inflação do mês. E isto teria

significado quanto, no ano passado? Calculando 11,25%, teria significado de cinco a seis pontos percentuais a menos. Ou seja, teria significado reduzir o gasto com juros em torno de R\$ 80 bi a R\$ 100 bilhões. Imagina quanto! E a conta movimento, eu poderia ter mudado? Claro que sim. Se o dinheiro emitido é do governo, o que se faz é o seguinte: quando o BC emite, ele emite adquirindo título do governo sem correção monetária e sem juros – se não custa nada para ele! É uma receita extra-orçamentária, claro que pode fazer.

JE – E o que acontece com o mercado?

Dércio – Bem, o mercado vai saber no dia seguinte que esse ganho fabuloso que está sendo proporcionado desde início dos anos 90, começou em 1989, com o Plano Verão, que essa mamata acabou. Irá vir uma pressão brutal em cima do governo através da imprensa, televisão e tudo o mais, e o governo vai balançar.

Ou seja, o governo tem sido refém de um esquema que tem todas as características de um esquema mafioso. E ele está refém. As taxas de juros e todo esse esquema que ele tem mantido, esse é o preço que paga para manter a proteção. Isso que a gente ouve falar, de milícias, é mais ou menos a mesma coisa. Ele, o governo, paga pela proteção e essa proteção dá manchetes positivas, diariamente, em todos os órgãos.

Em compensação, o país continua com desemprego grande, uma população empobrecida, a economia travada, apesar da presença da China na economia mundial.



Agenda de cursos

China: desenvolvimento e socialismo de mercado

3 de abril a 5 de junho de 2008

18h45 – 21h30 – às quintas-feiras

Curso de 24 horas-aula

Professor Elias Marco Khalil Jabbour

Geógrafo, mestrado e doutorado na USP



Temas dos oito encontros

- 1 – Da formação da nação chinesa ao modo de produção asiático
- 2 – Dominação estrangeira e decadência imperial
- 3 – A Revolução Nacional-Popular na China
- 4 – Os desafios econômicos à nova sociedade
- 5 – 1978: A fusão do “Estado Revolucionário” com o “Estado Desenvolvimentista”
- 6 – A estratégia chinesa

7 - Crise asiática e revisão do modelo

8 – Desafios e questão social na China

Análises de Séries Temporais

De 25 de março a 06 de maio,

de 18h45 às 21h30 – às terças-feiras.

Curso de 21 horas-aula

Professora Márcia Marques de Carvalho

(Graduada pela ENCE, Mestrado pela COPPE/UFRJ)

1. Série Temporal (1 aula)
2. Análise do Comportamento da Série Temporal (2 aulas)
3. Modelagem de séries temporais (2 aulas)
4. Previsão com modelos ARIMA (2 aulas)

Cariocas boicotam IPTU: “Não pago. Ilegal, e daí?”

Surgiu no Rio de Janeiro um movimento social inédito, chamado “IPTU, não pago e daí?”, capitaneado por diversas associações de moradores em protesto, inicialmente, contra o abandono por parte da prefeitura da conservação da cidade. Posteriormente, o movimento se transformou numa ação de resistência ao possível uso eleitoral dos recursos arrecadados no presente exercício.

Tendo em vista a importância do debate sobre a forma de tributar e o destino dos recursos públicos, acompanhamos a repercussão desse movimento na mídia, e buscamos a evolução da arrecadação desse tributo. Em função dos dados divulgados pelo prefeito e por se incluir a taxa de lixo no carnê de pagamento do IPTU, agregamos os valores desses dois tributos nos exercícios de 2001 a 2008. Os dados foram corrigidos monetariamente a preços de dezembro de 2007, exceto os referentes a 2008.

Dentre as receitas próprias do município do Rio de Janeiro, o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) é a segunda maior fonte de arrecadação, sendo superado apenas pelo Imposto Sobre Serviços (ISS), que representa em média ao longo dos anos 18,7% do total das receitas. Já o IPTU, somado à taxa de lixo, corresponde a uma média de 13,9% do total das receitas.

Ao longo destes anos, a média anual de arrecadação do IPTU/taxa de lixo foi de R\$ 1,27 bilhão, ao passo que a estimativa da prefeitura para 2008 é de uma receita da ordem

de R\$ 1,40 bi. Nota-se que o peso destes tributos não apresenta grandes variações a cada período, tendo 2005 como o ano de maior peso (15%). De acordo com a previsão orçamentária para 2008, o peso será de 12,9%, o menor dentre toda a série analisada, a despeito do crescimento em termos absolutos.

No entanto, para observarmos o efeito do movimento de protesto sobre a arrecadação é preciso destacar a evolução mensal, pois o foco da campanha é o não pagamento da cota-única de 2008 (os líderes do movimento recomendam a quitação dos tributos com acréscimo de multa somente em novembro, ou seja, em data posterior às eleições). O mês de maior arrecadação é fevereiro, mês de



vencimento da cota única, e representa cerca de 40% do total da arrecadação.

Onde a prefeitura fracassou

Quando a notoriedade da campanha ganhou ares de movimento popular, o alcaide carioca tentou minimizar a importância dessa ação e divulgou números que supostamente comprovariam que o boicote não teve efeito na arrecadação do IPTU no mês de fevereiro. É digno de registro que tais números são resultados das informações privilegiadas do prefeito, não estando, portanto, disponibilizadas em documento público oficial.

Em seu ex-blog, o prefeito Cé-

sar Maia informou que a arrecadação dos tributos em questão, no período de um de janeiro a 11 de fevereiro de 2007, alcançou R\$ 596,7 milhões, enquanto que em igual período de 2008 foi de R\$ 589,2 milhões. Logo, uma “desprezível” redução de R\$ 7,5 milhões, a qual creditou à redução do desconto (de 10% para 7%) na cota-única.

Entretanto, o prefeito economista oportunamente ignora os dados orçamentários registrados. A estimativa de receita do tributo, em 2007, foi de R\$ 1,35 bi, sendo efetivamente arrecadados 93,7% (R\$1,27 bi). Para 2008, a previsão de arrecadação é de R\$ 1,4 bi. Desta forma, de 2007 para 2008 registra-se um crescimento da previsão

Tabela 1

Especificação em R\$ Milhões	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Juros e encargos da dívida	382.601	428.926	433.073	476.705	511.873	541.150
Amortização da dívida	164.576	207.859	226.645	254.647	300.744	310.725
Total	547.177	636.785	659.718	731.352	812.617	851.875
Receita corrente líquida	5.445.923	5.929.104	6.773.139	7.067.957	7.583.369	8.633.596
% Despesa com serviços da dívida/RCL	10,05%	10,74%	9,74%	10,35%	10,72%	9,87%

Fonte: Prestação de contas 2002 a 2006, sistema Fincon, no dia 25/01/2008 e Sítio Rio Transparente no dia 21/01/2008.

de arrecadação de 3,61%, dos valores previstos nas Leis Orçamentárias Anuais (LOA's). Sendo assim, tomando como base esta expectativa de crescimento, a arrecadação com o IPTU, até o dia 11/2, seria de R\$ 618,22 milhões e não de R\$ 589,2 milhões. Logo, a diferença foi de R\$ 28,9 milhões. Em termos percentuais, a arrecadação caiu de 44% (em 2007) para 42% do estimado para 2008.

Essa conta mostra que o movimento pelo boicote pode ter impactado as contas municipais, a despeito das declarações do prefeito minimizando seus efeitos. Ademais, a evidente tentativa da prefeitura em elevar a arrecadação desses tributos, seja por meio da redução do desconto para o pagamento da cota única do IPTU, seja pela diminuição da quantidade de imóveis com direito a isenção fracassou. Posteriormente, o alcaide se viu forçado pelos protestos ocorridos a anular a última medida que aumentava o limite do valor venal dos imóveis que passariam a pagar pelo tributo. A revogação da medida provocou uma despesa, ainda não calculada, pela reedição e reenvio de 129 mil carnês.

As novidades do IPTU/taxa do lixo, em 2008, pretendiam aumentar a receita total do município para assim alcançar dois objetivos: possibilitar incremento na rubrica de investimentos, pois, historicamente, em anos eleitorais essa despesa é mais elevada; e reduzir o percentual de endividamento público, pelo aumento da receita, pois o município já se encontra próximo aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e pela Resolução nº 43/2001, do Senado Federal. Esta permite o compro-

metimento de até 11,5% da receita corrente líquida com despesas de amortizações, juros e demais encargos da dívida, impossibilitando ao município de contrair novos empréstimos, como demonstrado na tabela 1

Tal limitação impediu o município do Rio de contrair os empréstimos pretendidos para a realização das obras do Pan 2007.

Entretanto, apesar de o movimento da sociedade civil chamar a atenção para a situação de abandono da conservação urbana, é notório que os investimentos municipais têm outro foco. No ano de 2007, R\$ 727 milhões (cerca de 50% do total dos recursos de investimentos) foram destinados diretamente aos Jogos Pan-americanos. Outra obra que também recebeu grande aporte de recursos naque-

le ano foi a construção da Cidade da Música, cuja dotação inicial era de R\$ 55 milhões, para uma despesa final de R\$ 207 milhões. Ou seja, um acréscimo de 376%.

A primazia para esta última ação governamental, detectada nos dados orçamentários, foi confirmada neste o início de 2008 pelo próprio prefeito. Por conseguinte, a exemplo de 2007, o ritmo de destinação de dotações para a "obra símbolo" da gestão se manteve. Tal opção foi verificada nos remanejamentos identificados no Diário Oficial do Município, de 25 de janeiro, transferindo recursos da saúde e da educação para as obras na Zona Oeste (leia-se Cidade da Música).

Dos R\$ 140 milhões remanejados pelo decreto, R\$ 38 milhões foram retirados da rubrica "Manu-

tenção e revitalização da rede de ensino", e mais R\$ 43 milhões referentes à Secretaria Municipal de Saúde. Cabe ressaltar que os gastos desta obra estão sob investigação por parte do Ministério Público, uma vez que seu orçamento total inicialmente calculado era de R\$ 80 milhões (em 2002) e atualmente está em R\$ 461 milhões.

Pelos dados apresentados fica evidente que os maiores problemas sociais cariocas não serão atenuados em 2008. Pelo contrário, a tendência é de agravamento, tendo em vista que para a realização da prioridade do prefeito foram sacrificadas ações das áreas de saúde e de educação. Por sua vez, só reforça a argumentação do movimento de boicote ao IPTU que a conservação da cidade foi abandonada pela atual gestão.

IPTU em Niterói: pouca transparência

A análise orçamentária do município de Niterói é restrita, em função da dificuldade em se ter acesso às informações e pela inexistência de um sistema de acompanhamento orçamentário, por parte do Legislativo. Desta forma, os dados apresentados na tabela abaixo representam o arrecadado nos exercícios de 2003 a 2005, e as estimativas de receitas para 2006, 2007 e 2008. Embora seja determinação constitucional a ampla divulgação das prestações de contas, não nos foi possível, até o momento, obter as referentes ao exercício de 2006 (tabela 2).

Pela tabela, observa-se que não há grandes variações ao longo dos anos, seguindo uma evolução em torno de R\$ 141 milhões. De 2003 para 2004 foi o período com

maior crescimento, correspondendo a 11,7%. Já para este ano, a previsão é de um aumento de 7,7% na arrecadação do IPTU, com uma ligeira queda no peso das receitas.

Salientamos que o IPTU corresponde ao maior tributo em termos de arrecadação dentre as receitas próprias, com média de 21% ao ano do total das receitas do município. A segunda maior é a do ISS, em torno de 12%.

Tabela 2

ANO	IPTU+Taxa de lixo	Total das Receitas	Peso
2003	123.153.928,21	572.816.952,28	21,5%
2004	137.538.014,70	669.667.107,17	20,5%
2005	140.122.435,20	673.922.762,75	20,8%
2006*	143.276.387,87	678.652.003,69	21,1%
2007*	146.369.829,70	694.549.100,00	21,1%
2008*	157.683.800,00	755.000.000,00	20,9%

Fonte: Relatório da evolução e demonstrativo da receita conforme artigo 12 da LRF - Portal da Secretaria da Fazenda do Município de Niterói.

Lema abre 2008 com debate sobre o Governo Lula



■ A conferência do economista Reinaldo Gonçalves sobre o tema “A economia política do Governo Lula”, no dia 18 de março, às 11h, abre, oficialmente, no Salão Pedro Calmon, no Campus da Praia Vermelha, os trabalhos do Laboratório de Estudos Marxistas (Lema), neste 2008.

O tema da palestra é também título do livro da editora Contraponto, que será lançado durante a palestra, de autoria de Reinaldo Gonçalves, professor do Instituto de Economia da UFRJ, e de Luiz Filgueiras, da Faculdade de Ciên-

cias Econômicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). No lançamento, preços promocionais de venda do livro.

No dia 25 de março, o Lema retoma o curso Clássicos do Pensamento Brasileiro, com o professor Carlos Nelson Coutinho, da Escola de Serviço Social da UFRJ, abordando o tema Evolução Política do Brasil na Obra de Caio Prado Jr. Será às 18h30, no auditório do CFCH, também no Campus da Praia Vermelha (Av. Pasteur, 250, Urca), e em ambos os eventos a entrada é gratuita.

Keynesianos têm encontro na Unicamp

■ Será de 16 a 18 de abril, no Instituto de Economia da Unicamp, o I Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, cujo tema é “Estratégia keynesiana de desenvolvimento para Brasil e América Latina”. O prazo para o envio de trabalhos vai até 17 de março, com a apresentação de resumos em português e inglês e o trabalho com, no máximo, 20 páginas, em Word 6.0, espaçamento simples e corpo 12 da fonte Times New Roman.

Os trabalhos devem estar relacionados à temática geral, mas também aos aspectos da teoria e política de origem keynesiana. Entre estes, o princípio da demanda efetiva, do não auto-equilíbrio do mercado e da importância do papel do Estado na economia. Neste I Encontro, a Associação Keynesiana Brasileira tem por meta aplicar esses princípios e abordagens aos países identificados como “de economias emergentes”, em especial, o Brasil e os demais latino-americanos.

Os trabalhos devem ser enviados ao correio eletrônico encontrokeynesiano@eco.unicamp.br e maiores informações podem ser obtidas na página <http://www.eco.unicamp.br/gerais/eventos.html>. Ou pelo tel.: (19) 3521.5731.

